



Civil Procedure Review
AB OMNIBUS PRO OMNIBUS

Civil Procedure Review



Civil Procedure Review
AB OMNIBUS PRO OMNIBUS

Civil Procedure Review

2018

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 - Pituba - Salvador/BA. CEP: 41830-530

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



Civil Procedure Review

AB OMNIBUS PRO OMNIBUS

About the Authors

1

Anna Nylund

Dr. Anna Nylund, Professor, Faculty of Law, University of Tromsø, 9037 Tromsø, Norway, anna.nylund@uit.no

Dr. Anna Nylund is full professor at the Faculty of Law, University of Tromsø – The Arctic University of Norway. She defended her thesis at the University of Helsinki, Finland, before moving to Norway. Her main research interests are comparative civil procedure, Europeanisation of civil procedure, mediation and family law procedure. She has lead several research projects on various aspects of comparative civil procedure resulting in international publications, including 'The European Union and National Civil Procedure', 'Current Trends in Preparatory Proceedings' and 'Nordic Mediation Research'. She is a member of several academic associations in her fields of interest including the Nordic Association of Procedural Law (member of the board), International Association of Procedural Law and the International Academy of Comparative Law.

2

Ravi Peixoto

PhD candidate at the Rio de Janeiro State University, Brazil. Master's Degree at the Federal University of Pernambuco, Brazil.

3

Mario Tocci

Lawyer and Ph.D. in "Business, Government and Market" of the University of Calabria (Italy)

4

Jorge I. González Carvajal

Professor of Civil Procedure at the Universidad Central de Venezuela (UCV) and Civil Law at the Universidad Católica Andrés Bello (UCAB). Lawyer

Universidad Católica Andrés Bello, Abogado y Especialista en Derecho Procesal. Universidad Nacional de Rosario, doctorando en Derecho y Magíster Scientiarum en Derecho Procesal. Visiting scholar en la Università degli Studi di

Padova. Universidad Pedagógica Experimental Libertador, Diplomado de Docencia en Educación Superior. Profesor en Pre-Grado, Universidad Católica Andrés Bello y Post-grado, Universidad Central de Venezuela.

5

Marco Aurélio Scampini Siqueira Rangel

Master's degree in Civil Procedural Law from the Federal University of Espírito Santo. PhD student in Civil Procedural Law from the Faculty of Law of the University of São Paulo. Member of CEAPRO. Public employee.

6

Vinicius Silva Lemos

Lawyer. Phd student in Procedural Law by UNICAP/PE. Master's degree in Sociology and Law from the UFF/RJ. Specialist in Civil Procedure by FARO. Professor of Civil Procedure in FARO and the UNIRON. Coordinator of the Graduate Program in Civil Procedure Of Uninter/FAP. Vice-president of the Institute of procedural law of Rondônia – IDPR. Director General of ESA/RO. Member of the North-northeast Association of Teachers of Process – ANNEP. Member of the Center for Advanced Studies in the process – CEAPRO. Member of the Brazilian Association of procedural law – ABDPRO. Member of the Brazilian Institute of procedural law – IBDP.

7

Jefferson Carús Guedes

Professor of Civil Procedural Law at the University Center of Brasília, Brazil. Doctor (PUC-SP, Brazil), Lawyer.

Thiago Aguiar de Pádua

Professor of Civil Law at the University Center of Brasília. Ph.D. candidate. Master's Degree in Law (University Center of Brasília, Brazil). Lawyer.

Clarice G. Oliveira

Ph.D. candidate (University Center of Brasília, Brazil). Master's Degree in Political Science (University of Brasília, Brazil). Director of Legislative Process at the Ministry of Justice.



Civil Procedure Review
AB OMNIBUS PRO OMNIBUS

Summary

• 1

The structure of civil proceedings – convergence through the main hearing model? 13

Anna Nylund

Abstract	13
1. Introduction	14
2. European models of civil proceedings.....	15
2.1. Models of the 19 th and early 20 th centuries.....	15
2.2. Development in the Late 20 th Century.....	17
2.3. An emerging common European structure?.....	18
3. The main hearing model of civil proceedings.....	20
3.1. Content and structure of the main hearing model.....	20
3.2. Underlying principles of the preparatory stage.....	22
3.3. The enhanced main hearing model: ADR processes and the pre-action stage.....	21
4. The main hearing model in practice.....	27
4.1. The German model.....	27
4.2. The English model.....	29
4.3. Norwegian model.....	30
4.4. Finnish model.....	32
5. Comparative perspectives on the main hearing model.....	33
6. The main hearing model – a panacea or a long and winding road?.....	35
References.....	36

• 2

A teoria dos precedentes e a doutrina dos diálogos institucionais – em busca de um equilíbrio entre o Poder Legislativo e o Poder Judiciário (Theory of precedents and the doctrine of institutional dialogues – searching for a balance between the Legislative and the Judiciary Power) ... 41

Ravi Peixoto

1. Introdução.....	42
2. Teoria dos diálogos institucionais.....	44
3. As formas de diálogo entre o Poder Judiciário e o Legislativo: limites e possibilidades.....	51
3.1. A interpretação constitucional e as emendas constitucionais.....	51
3.2. A interpretação constitucional e o diálogo com as leis infraconstitucionais.....	52
3.2.1. O STF e o diálogo institucional – o caso das leis infraconstitucionais.....	52
3.2.2. Os pontos de vista doutrinários.....	55
3.2.3. Uma análise crítica e propostas de interpretação do diálogo entre o STF e o Legislativo.....	58
3.3. Para além do STF: apontamentos sobre o diálogo entre o Poder Legislativo e o STJ.....	62
4. Entre superação do precedente e alteração do texto normativo.....	66
5. Conclusão.....	70
Referências.....	70

• 3

L'azione pubblicistica di adempimento nell'ordinamento giuridico italiano (The Italian legal action to ensure the fulfilment of the obligations of public authorities) 75

Mario Tocci

1. Inquadramento sistematico e comparatistico.....	76
2. La sorte della domanda di adempimento proposta in difetto della domanda demolitoria.....	78
3. Limiti di esperibilità.....	79
4. La natura della sentenza di accoglimento della domanda di adempimento: siamo di fronte ad un'azione costitutiva?.....	81
5. Incompatibilità tra azione di adempimento e azione di nullità.....	83

• **4**

**La carga dinámica de la prueba
(Dynamic allocation of the burden of proof) 85**

Jorge I. González Carvajal

I. Introducción.....	86
II. La carga de la prueba como regla compartida en los ordenamientos de tradición continental europea. Su función.....	87
III. La carga de la prueba y los modelos procesales colaborativos o asimétricos	91
IV. La carga dinámica de la prueba en Venezuela	100
V. Conclusiones.....	103

• **5**

**Limites da atividade instrutória em grau recursal
(Limits of the probative activity in the appeal courts) 105**

Marco Aurélio Scampini Siqueira Rangel

1. Introdução.....	106
2. Poderes Instrutórios do Juiz	107
2.1. Poderes instrutórios do juiz de segundo grau	110
2.1.1. Baixa dos autos em diligência.....	110
2.1.2. Produção de provas em segundo grau.....	111
3. O sistema processual civil e a produção de provas em grau recursal.....	113
3.1. Alegação de fatos novos (art. 1.014 do CPC/15).....	113
3.2. Julgamento imediato do mérito (art. 1.013, §3º do CPC/15).....	114
3.3. Não cabimento de agravo de instrumento da decisão que indefere a produção de provas.....	115
4. Vantagens da produção probatória em segundo grau	116
4.1. Valorização da oralidade	116
4.2. Efetividade	117
4.3. Preservação da imparcialidade na condução da instrução.....	118
5. Falsos óbices à produção probatória em grau recursal	119
5.1. Organização do Código de Processo Civil de 2015.....	119
5.2. Duplo Grau	120
5.3. Recorribilidade das decisões.....	121
5.4. Aumento do trabalho dos Tribunais.....	122
6. Limites à atividade instrutória em grau recursal.....	123
6.1. Quanto ao momento de prolação da decisão recorrida	123
6.2. Quanto ao meio de prova	126
6.3. Quanto ao direito material tutelado.....	127
7. Conclusão.....	128
Bibliografia.....	129

• 6

A não impugnação do IRDR e o recurso da aplicabilidade da tese jurídica: implicações e sistematização necessária
(Not contesting the IRDR and the appeal of the applicability of the legal thesis: implications and systematization required) 131

Vinicius Silva Lemos

Introdução	132
1. O IRDR: Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.....	133
2. A recorribilidade da decisão que fixa a tese jurídica no IRDR	140
3. A não interposição do recurso da decisão do IRDR e as suas consequências.....	144
3.1. Recurso em processo representativo da controvérsia	146
3.1.1. A não interposição do recurso ao IRDR e a não preclusão ao recurso posterior	148
3.1.2. A possibilidade do recurso excepcional do acórdão do caso em concreto quando não houve impugnação ao IRDR dentro do incidente.....	150
3.2. Recurso excepcional em processo afetado pelo IRDR: superação de precedente?.....	151
3.3. Recurso em processo futuro utilizando o precedente do IRDR.....	153
3.4. A tramitação do recurso excepcional normal contra a decisão do IRDR e as tramitações destes recursos aventados.....	155
3.5. O julgamento do recurso excepcional normal contra a decisão do IRDR.....	159
4. Considerações finais.....	161
5. Referências	161

• 7

Os Códigos de Processo Civil Brasileiros e Suas Exposições de Motivos como Promessas Milenaristas: Cruzada, Esperança, Fé e Salvação no Direito Processual
(The Brazilian's Civil Procedural Codes and Its Explanations of Motives as Millennialism Promises: Crusade, Hope, Faith and Salvation In The Procedural Law) 165

Jefferson Carús Guedes

Thiago Aguiar de Pádua

Clarice G. Oliveira

1. Introdução: o milenarismo.....	167
1.1. Pré-milenarismo e Pós-Milenarismo	168
1.2. Processo, Poder e Milenarismo	169
1.3. Milenarismo, esperança e o “choque de ícones”: o Iconoclash Processual	171
2. As mudanças legislativas como alternativa às crises, a esperança e a criação de expectativas no processo civil brasileiro	174

2.1. As promessas do CPC de 1939 – Francisco Campos.....	175
2.1.1. O antagonismo entre o presente caótico dos CPCs Estaduais e o futuro paradisíaco do novo CPC unificado (1939).....	176
2.1.2. A religiosidade de Francisco Campos como possível elo ao milenarismo.....	179
2.1.3. O desgaste do CPC de 1939, crise da prestação da Justiça e ideias de renovação.....	180
2.2. As promessas do CPC de 1973 – Alfredo Buzaid.....	181
2.2.1. O antagonismo entre o presente caótico do CPC de 1939 e o futuro paradisíaco do novo CPC (1973).....	183
2.2.2. A religiosidade de Alfredo Buzaid como possível elo ao milenarismo.....	186
2.2.3. O desgaste do CPC de 1973, espantosa expansão dos serviços judiciais, crise da prestação de escala da Justiça e ideias de renovação.....	188
2.3. As promessas do CPC de 2015 – Luiz Fux e dos demais membros da Comissão de Juristas.....	189
2.3.1. O antagonismo entre o presente caótico do CPC de 1973 e o futuro paradisíaco do novo CPC (2015).....	190
2.3.2. A religiosidade de Luiz Fux e outros autores do Anteprojeto e o possível elo com o milenarismo.....	195
3. As conexões entre Direito-Religião e Lei-Religião e a associação de utopia e esperança.....	196
3.1. Utopias e o Princípio da Esperança: pensamento utópico ou utopismo como promessa política e social por meio do Direito.....	197
3.1.1. Princípio da Esperança como promessa de meios e técnicas legais e processuais aptos a solucionar os entraves da Justiça brasileira.....	200
3.1.2. Códigos processuais civis como promessas utópicas e realidades ou experiências concretas distópicas.....	201
3.2. Palavras finais e a improvável apostasia dos processualistas.....	203
Referências.....	204

